

## Opinião do GLOBO

## Avanço sobre Orçamento requer atenção do TCU

Corte será decisivo para fiscalizar profusão de recursos distribuídos por meio das emendas parlamentares

O aumento no volume de recursos movimentados por meio das emendas parlamentares exige que o Tribunal de Contas da União (TCU) e as demais instituições de controle do Estado se tornem mais presentes. À medida que o Congresso conquista mais espaço no Orçamento, cresce a relevância do TCU, que atua como braço auxiliar do Executivo e do Legislativo e pode julgar casos envolvendo congressistas. Crescem, também, as pressões sobre a Corte.

Apesar de ela estar sujeita a nomeações políticas, o corpo técnico do TCU tem prevalecido na hora de aplicar multas quando constatados prejuízos ao Erário. Exemplo recente foi a descoberta de mais um desvio de verba parlamentar para bancar gastos familiares. Entre abril de 2022 e agosto de 2023, recursos destinados ao hoje ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (República-PE), então deputado federal, foram usados para encher o tanque de veículos de sua mulher, de seu pai, de

seu irmão e de sua cunhada. Sempre no mesmo posto do Recife. No período, foram abastecidos 48 veículos. A conta de R\$ 105.500 foi despendida ao Tesouro. O Ministério Público que atua junto ao TCU apresentou representação para investigar o modo como Costa Filho distribuiu dinheiro público entre a família. Denunciado o caso, o gabinete do ministro reviu a papelada, e o dono do posto concluiu que seu estabelecimento "cometeu um erro contábil".

Em 2021, quando eclodiu o escândalo em torno das emendas do relator, a Comissão Mista de Orçamento aprovou dois requerimentos ao TCU. O objetivo era ter acesso aos autos do processo que investigava suspeitas de uso ilícito dos recursos das emendas, conhecidas por RP9. O deputado Hugo Leal (PSD-RJ) argumentava que precisava ter acesso a informações para relatar o Orçamento do ano seguinte. No final de 2022, porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou as emendas do relator inconstitucionais, esvaziando o pedido.

Isso não impede que prossigam investigações sobre os demais tipos de emenda, tendo em vista a ampliação dos recursos à disposição dos parlamentares para R\$ 54 bilhões no Orçamento deste ano. O TCU pode usar seu poder institucional para distribuir multas a pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que causem prejuízo ao Erário. Também passam por seu escrutínio as concorrências públicas. Empresas privadas envolvidas em falcatruas com dinheiro do contribuinte podem ser impedidas de fazer negócios com o setor público.

Não se trata de fazer generalizações sobre casos de desvios, mas, num país conhecido por ter governos e autoridades que gastam demais e gastam mal, são essenciais os órgãos de controle de gastos públicos como o TCU — assim como a Controladoria Geral da União (CGU) e os tribunais de contas estaduais e municipais, além dos braços do Ministério Público que atuam nesses. Sobre tudo diante da voracidade e da velocidade crescente com que o Congresso avança sobre o Orçamento.

## Repressão a tráfico de mercúrio na Amazônia exige ação determinada

Contrabando do elemento químico usado pelo garimpo ilegal ameaça o meio ambiente e a saúde pública

Amos de descaço com a Amazônia produziram danos ambientais para além do desmatamento. Com ele, veio o aumento do garimpo ilegal e o uso crescente de mercúrio, envenenando rios e a população local. A contaminação precisa ser monitorada de perto para ser contida.

O mercúrio é usado para separar o ouro de areia, pedras e outros sedimentos. Para obter 1kg de ouro, são necessários 2,6kg de mercúrio. É provável que toneladas do produto já tenham sido descartadas nos rios da Amazônia. Trata-se de problema duplo: ambiental e de saúde pública. O envenenamento da água e do solo afeta ecossistemas e peixes, atinge a população e causa diversos tipos de doenças — no sistema nervoso central, pode provocar alterações cognitivas e motoras; tremores; hipertensão e outras disfunções cardíacas; perda de memória e de visão, além de esterilidade e problemas renais. Prejudica a saúde dos próprios garimpeiros.

Uso de forma legal em laboratórios, na produção de pilhas, baterias, lâmpadas, closo, soda clorética e na odontologia, o mercúrio só pode ser vendido a mineradoras com autorização dos governos estaduais. Mas, devido à falta de fiscalização e repressão, também pode ser encontrado em lojas de produtos agrícolas em Roraima e no Pará. É anunciado até na internet.

A apreensão, no ano passado, de 700kg de mercúrio mostra que o contrabando atingiu níveis sofisticados. Na Operação Hermes, Polícia Federal e Brama desmantelaram uma organização que contrabandeava mercúrio para garimpos. Havia remessas chegando pelo aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). A rota mais usada são estradas na fronteira da Bolívia com Mato Grosso. APE, em 2021, monitorou uma remessa da Colômbia — provavelmente oriunda da China ou do México, os dois maiores fornecedores — até a mineradora Arica, que tinha como acionista uma empresa do filho do governador de Mato Grosso.

As notas fiscais do contrabando identificavam inofensivas bolas de aço. Na Hermes II, a PF localizou outra empresa que vendeu 5 toneladas de mercúrio ilegal em dois anos. O custo dos danos ambientais que seriam causados foi estimado em R\$ 5 bilhões, e a Justiça bloqueou R\$ 2,9 bilhões em contas de investigadas.

O país precisa coibir a venda clandestina do mercúrio não só porque é vital para a conservação do meio ambiente e para a saúde de quem consome peixes da Amazônia e vive na região. O Brasil assinou em 2013 a Convenção de Minamata e, ao lado de 127 outros países, se comprometeu com a redução ou eliminação do uso do mercúrio. Mesmo assim, continua sem promover o controle e a repressão necessários. De acordo com Sérgio Leitão, diretor do Instituto Escolhas, de estudos sobre desenvolvimento sustentável, o risco é surgir na Amazônia uma segunda Minamata, cidade japonesa cuja população, nas décadas de 1950 e 60, foi envenenada por mercúrio industrial despejado na sua baía.

## Artigos

opinioes.globo.com/colunistas/fernando-gabeira

## FERNANDO GABEIRA

Blogueiro registrado no Conselho Nacional de Imprensa



## Democracia e seus tremores

Celebramos no 8 de Janeiro um ato que se chamou Democracia Inabalada. Isso nos transmite a impressão da força da democracia, depois das eleições e do fracasso de uma tentativa de golpe.

Quando olhamos de fora, pensamos: E lá na frente. Mas esse imenso barco da democracia inabalada tem alguns furos que, lá na frente, podem resultar em algo como as revoltas de 2013. Em outras palavras, existem coisas que potencialmente podem colocar o povo contra a democracia.

Desde o século passado, quando se teorizou sobre a sociedade de espetáculo, é relativamente clara a ideia de que governos e sistemas não dependem apenas do que fazem. São determinados pela visão que se transmite deles pela mídia.

Começam aí minhas apreensões. Atualmente, essa visão não é apenas transmitida pela mídia, mas também, e fortemente, pelas redes sociais. Acontecimentos que passam de raspão na imprensa, às vezes fermentam nas redes sociais. Ou são plantados como mais uma semente.

Recentemente, o ministro Elas Toldi anulou uma multa de R\$ 10,3 bilhões da J&F. É a mesma empresa que empregou o recém-saído ministro Lewandowski como consultor, a mesma que se comprou muito no período da Lava-Jato. Somado à proximidade que governos e STF têm mostrado nesses tempos, esse fatóide margem a inúmeras elaborações, sempre negativas para a Corte.

Coube ao Supremo analisar e punir as transgressões do 8 de Janeiro. Esse é outro capítulo ainda em aberto. A posição é punição com rigor. No entanto, sem estrutura para cuidar de tantos casos, o Supremo deixou algumas brechas. Houve ausência de denúncias de desrespeito aos direitos humanos e pouquíssima fiscalização social: até visitas parlamentares foram proibidas.

Sem contar que a corda arrebentou do lado mais fraco: invasores foram condenados a longas penas, como se a tentativa de golpe se limitasse exclusivamente à invasão. Tudo isso nas redes cai num caldeirão sempre remexido, com resultados visíveis no tempo.

A live de protesto pelas condições dos presos do 8 de Janeiro recebeu 8 milhões de visualizações, audiência muito maior que a do próprio ato Democracia Inabalada.

O caldeirão se alimenta também de pequenos deslizamentos de ministros, uma gasolina aqui, uma viagem ali, enfim, fatos diversos que passam pela mídia. Mas há também feridas mais profundas, como a destinação de quase R\$ 5 bilhões para financiar as eleições municipais. É sentido como um absurdo diante de tantas necessidades inadiáveis no Brasil.

Indo um pouco adiante. A imagem da democracia que depende da mídia e das redes sociais começa a apresentar também fragmentação: a imprensa aparece na rede como cúmplice da decadência. Recentemente vivi isso. Sou acusado de criticar Bolsonaro no caso inonamni e elogiar Lula.

Vejo uma diferença clara de comportamento. Bolsonaro quer e quer a dissolução dos indígenas na sociedade análoga. Lula reconhece sua identidade, criou um ministério para isso, viajou para Rondônia, investiu numa ação de emergência que, parcialmente, fracassou por falta de continuidade.

Nas redes, a dificuldade de resolver a questão inonamni e a retinal de garimpeiros aparecem como se o esforço do ano passado fosse apenas um jogo de cena destinado a enganar.

Recentemente, o filho de um ministro do STF se exibiu com roupas caríssimas nas próprias redes sociais. Sem comentários. Registro apenas que um juiz do Rio proibiu que a exibição fosse criticada. Isso fortalece a desconfiança em qualquer projeto de controle democrático sobre as redes. Dá a impressão de que, no fundo, é algo apenas para facilitar a censura.

Não acumulo fatos com a pretensão de apresentar uma saída para a democracia. Apenas seguirei formulando ideias que são fatores de sustentabilidade.

Tenho a impressão de que isso foi esquecido e de que as elites dominantes acham que tudo continuará assim, não importa o que façam. Pelo menos, fica consignada essa preocupação, na penúltima segunda-feira de janeiro de 2024. Adiante veremos.

Acontecimentos que passam de raspão na imprensa, às vezes fermentam nas redes. Ou são plantados como mais uma semente.

## GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE: Joo Roberto Moreira  
VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

## O GLOBO

apresentado por Joo Roberto Moreira  
DIRETOR GERAL: Roberto Zupiani Kuri  
DIRETOR DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL: Roberto Zupiani Kuri  
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Zupiani Kuri  
DIRETOR DE Vendas: Roberto Zupiani Kuri

DIRETOR DE Vendas: Roberto Zupiani Kuri  
DIRETOR DE Vendas: Roberto Zupiani Kuri  
DIRETOR DE Vendas: Roberto Zupiani Kuri

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO: <http://globo.br/princípios>

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri

EDITORES  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri  
Roberto Zupiani Kuri